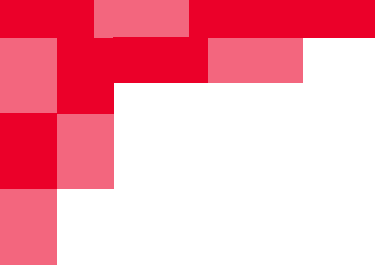


Cadernos de Formação Sindical

**Organização e Representação
Sindical de Base**

***Juventude,
Mercado de Trabalho
e Sindicalismo***



Cadernos de Formação Sindical

Organização e Representação Sindical de Base

*Juventude,
Mercado de Trabalho
e Sindicalismo*

Direção Executiva Nacional – CUT Brasil
Gestão 2012-2015

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Vice-presidenta

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Faria

Secretário de Administração e Finanças

Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Administração e Finanças

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais

João Antônio Felício

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

Artur Henrique da Silva Santos

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária de Comunicação

Rosane Bertotti

Secretário de Formação

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretário-Adjunto de Formação

Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg)

Secretário de Juventude

Alfredo Santana Santos Júnior

Secretário de Meio Ambiente

Jasseir Alves Fernandes

Secretária da Mulher Trabalhadora

Rosane Silva

Secretário de Organização

Jacy Afonso de Melo

Secretário-Adjunto de Organização

Valeir Ertle

Secretário de Políticas Sociais

Expedito Solaney Pereira de Magalhães

Secretária de Relações do Trabalho

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho

Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador

Junéia Martins Batista

Secretário-Adjunto de Saúde do Trabalhador

Eduardo Guterra

Diretoras e Diretores Executivos

Antônio Lisboa Amâncio do Vale

Daniel Gaio

Elisângela dos Santos Araújo

Jandyra Uehara

Júlio Turra Filho

Rogério Pantoja

Roni Barbosa

Rosana Sousa de Deus

Shakespeare Martins de Jesus

Vítor Carvalho

Conselho Fiscal

Antonio Guntzel

Dulce Rodrigues Sena Mendonça

Manoel Messias Vale

Suplentes

Raimunda Audinete de Araújo

Severino Nascimento (Faustão)

Simone Soares Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J97

Juventude, mercado de trabalho e sindicalismo / Secretaria Nacional de Formação, Secretaria Nacional da Juventude. – São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2013

56 p. : il. – (Organização e Representação Sindical de Base; v. 1)

ISBN 978-85-89210-37-9

1. Juventude - Trabalho. 2. Mercado de trabalho - Políticas públicas. 3. Juventude - Sindicalismo. 4. Juventude - Movimentos sociais. I. Série.

CDU 331-053.6
CDD 331.34

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo - CRB 10/1507)

Apresentação

As questões relacionadas à juventude no mundo contemporâneo vêm ganhando muita relevância nos diferentes espaços sociais: partidos políticos, igrejas, governos, movimentos sociais e sindicatos. Não é um debate novo para a sociedade. Desde os anos 1960/1970, o movimento operário e a Igreja Católica têm a juventude entre suas prioridades de ação, pois organizar a juventude compõe uma ação estratégica à disputa de hegemonia na sociedade.

A centralidade que as questões relacionadas à juventude ganha hoje no cenário político mundial e, particularmente, no Brasil, se deve ao fato de que essa parcela da sociedade é a mais afetada pelos processos de reestruturação produtiva, pelas políticas de austeridade adotadas nos Estados como resposta às sucessivas crises econômicas das últimas décadas, pela violência, drogas etc. Ao criar espaços específicos de organização juvenil no interior dos movimentos sociais e reivindicar políticas públicas e direitos para jovens, passou-se a dar nova qualidade para o tema: a juventude como sujeito de direitos e como protagonista de lutas sociais por emancipação.

Dar respostas às demandas da juventude nas áreas de trabalho, educação, lazer e cultura é um dos maiores dilemas enfrentados pelos países na atualidade e esta é a compreensão de diferentes setores da sociedade, ainda mais diante da necessidade de um padrão de desenvolvimento sustentável nos parâmetros da atual lógica de concorrência econômica global, sem comprometer o futuro da sua cidadania. O enfrentamento desse dilema remete a debates sobre estrutura, acesso e mobilidade no mercado de trabalho; a função social das políticas públicas, incluída aí as relacionadas à educação, saúde e previdência; às perspectivas demográficas do País, entre outros temas estratégicos para se pensar o futuro da nação.

Por essa razão, é que para a CUT, o debate em torno das questões relacionadas à juventude não pode ser abordado sem problematizar o sistema econômico e social.

Ao propor este caderno como mais uma referência no processo de formação dos trabalhadores e trabalhadoras que se identificam com o projeto político e sindical da CUT, as Secretarias Nacionais de Formação e da Juventude, pretendem fomentar e avançar nessas reflexões como condição para que o movimento sindical cutista tenha a dimensão dos grandes desafios que precisamos enfrentar para compreender e formular estratégias sindicais voltadas aos jovens, particularmente aqueles que já estão inseridos ou se inserindo no mercado de trabalho.

Boa leitura e ótimas reflexões para a ação!

Vagner Freitas
Presidente

José Celestino Lourenço
Secretário de Formação

Alfredo Santos Jr.
Secretário de Juventude

Parte 1: Sobre qual juventude estamos falando 11

- 1. A Juventude na sociedade capitalista 12
- 2. Juventude trabalhadora 16
- 3. Juventude rural 20

Parte 2: Relações de trabalho e políticas públicas 23

- 4. O padrão de inserção ocupacional dos jovens brasileiros: Parte 1 24
- 5. O padrão de inserção ocupacional dos jovens brasileiros: Parte 2 28
- 6. Políticas públicas de trabalho: para além da qualificação profissional 32

Parte 3: Ação sindical 37

- 7. Organização da juventude na CUT 38
- 8. Limites para a sindicalização 42
- 9. As questões da juventude nas negociações coletivas 46
- 10. Alianças com movimentos sociais juvenis 51

Parte 1

Sobre qual juventude estamos falando



Foto: Aline Eberart, tirada em Santa Catarina, Acampamento de Juventude da Agricultura Familiar.

1. A juventude na sociedade capitalista

Temos uma compreensão sobre juventude diferente da dominante, que vê os jovens como uma fase intermediária da vida, na qual o indivíduo passa por um período de formação e recebe conhecimentos até iniciar a prática de atividades que exercerá quando tornar-se adulto. Essa compreensão determina para a juventude uma função social, como se fosse algo homogêneo, como se todos os jovens tivessem uma trajetória de vida linear.

Entendemos que a realidade social de um sistema capitalista é dividida em classes. As trajetórias das vidas dos jovens diferem de acordo com suas classes sociais. Diferenças que são absolutamente aprofundadas quando são jovens mulheres ou jovens negros/as.

Recorte Etário da Juventude

No Brasil, o recorte etário da juventude é definido pelas políticas públicas como aquele contingente populacional na faixa etária entre 15 e 29 anos. Na CUT, utilizamos a faixa etária de até 35 anos como critério para organização sindical. A explicação está em dois sentidos:

Primeiramente, na realidade da inserção precária da juventude no mercado de trabalho. Até os 24 anos de idade, insere-se majoritariamente no mercado informal de trabalho e na condição de desempregada. É um quadro que impossibilita a sindicalização, dado que a estrutura sindical brasileira permite somente a representação sindical de trabalhadores do mercado formal de trabalho. Assim, o teto da faixa etária definida pelas políticas públicas (29 anos) limitaria a organização e a representação sindical de um contingente muito pequeno de jovens.

O segundo sentido para explicar a utilização do teto de 35 anos para organização de jovens na CUT é estratégico na perspectiva de ampliação do período educacional e de luta pela ampliação do tempo livre. Se a expectativa de vida tem sido ampliada e se o tempo de contribuição previdenciária consolida-se em 35 anos de trabalho, temos como bandeira a ampliação do tempo livre do trabalho para além dos 29 anos de idade. Trata-se de uma utopia que orienta a luta por financiamento da permanência no sistema educacional e de formação profissional antes da inserção no mercado de trabalho. Se a expectativa de vida pode chegar aos 100 anos, poderemos começar a trabalhar aos 35 e nos aposentar aos 70. Ou, antes, começar a trabalhar aos 25 e nos aposentar aos 60 anos.

Coube à política social, oriunda da experiência dos Estados de Bem-Estar Social nas economias centrais, regular a faixa etária de ingresso da mão de obra no mercado de trabalho e sua saída dele. Na sociedade agrária, o exercício do trabalho iniciava-se aos cinco, seis anos de idade estendendo-se praticamente até o fim da vida, tendo em vista o predomínio de uma expectativa média inferior aos 40 anos de idade. (Pochmann: 2008)

Foram necessárias muitas lutas sociais e políticas para que a idade mínima de ingresso no mercado de trabalho fosse autorizada para depois dos 15 anos de idade. Até essa idade, passou a ser obrigatória a educação formal e universal. A educação assumiu a posição de etapa prévia a ser cumprida para a inserção no mercado de trabalho da sociedade urbano e industrial.

Mas também um teto foi definido para o tempo de trabalho: um período mínimo de trajetória laboral e de contribuição aos fundos previdenciários. Trata-se da inatividade financiada por fundos públicos.

Com essa regulação pública do uso da força de trabalho, os mais jovens e os mais velhos não precisariam concorrer no mercado de trabalho, deixando-o como lugar para os trabalhadores em condições equivalentes de produtividade.

Juventude como questão social

A juventude como questão social é resultado da interrupção dessa regulação pública e da quebra da ideia de fase preparatória. A existência crescente de jovens oferecendo sua despreparada força de trabalho para a venda nesse mercado pode ser considerada uma ruptura de paradigma com a lógica de preparação para o trabalho, apesar do enorme esforço ideológico em torno do (falso) discurso da empregabilidade.

Inserida em uma sociedade dominada pela ética do mercado, a juventude depara-se com perspectivas difíceis. Ela é alvo central da perpetuação de modos de vida empobrecidos, do estreitamento dos horizontes da ação humana em uma só direção: a do sucesso econômico, do cuidado obsessivo com o próprio prazer e da indiferença em relação ao mundo (Costa: 2004).

Maria Rita Kehl percebeu uma contradição na condição juvenil contemporânea que nos impressiona. “O aumento do período de formação escolar, a alta competitividade do mercado de trabalho nos países capitalistas e, mais recentemente, a escassez de empregos obrigam o jovem adulto a viver cada vez mais tempo na condição de “adolescente”, dependente da família, apartado das decisões e responsabilidades da vida pública, incapaz de decidir seu destino”. (Kehl: 2004)

Se, por um lado, a adolescência tornou-se uma idade crítica, por outro, ela foi mercantilizada na segunda metade do século 20. Virou uma nova fatia do mercado. Como diz Kehl, passou a ser considerado cidadão porque virou consumidor em potencial.

Essa combinação entre juventude e consumo resultou em uma cultura jovem baseada no hedonismo: a juventude passou a ser modelo de beleza, liberdade, sensualidade para todas as outras faixas etárias. Ser permanentemente jovem tornou-se uma grande obsessão moderna e um grande filão das indústrias de cosméticos, farmacêuticas, automobilísticas, das academias e, por que não, da indústria cultural.

Na sociedade de mercado, ideologizada pela indústria cultural, são as imagens industrializadas que criam as identificações. A venda da imagem do jovem consumidor é rapidamente difundida pelos meios de comunicação de massa para todas as classes sociais. É como se todos pudessem alcançá-la, comprá-la. Mas não podem.

A sociedade de mercado é dividida em classes, organizada pela desigualdade das condições de produção e de consumo. Todos sentem-se incluídos pela via da imagem, mas uma grande maioria é objetivamente excluída das possibilidades de consumir.

A reação violenta, provocada por essa exclusão, torna-se padrão de comportamento de parcelas significativas da juventude da classe trabalhadora. No meio dessa juventude, a mais excluída é a mais impactada por esse efeito: a juventude negra reina absoluta nas estatísticas de morbimortalidade juvenil.

Questões para debate:

1. É possível perceber os impactos do processo atual de evolução do mercado sobre os jovens do seu ramo? Como você caracterizaria estes impactos relacionando-os com os aspectos apontados no texto?

2. Em que medida a prática sindical desenvolvida na sua entidade se contrapõe aos “valores” capitalistas do individualismo, da competitividade e do consumismo, que demarcam a atual evolução social?

[illegible]This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins or other markings on the paper.

Sugestões de filme:

- **American Graffiti**, de George Lucas;
- **Cidade de Deus**, de Fernando Meirelles.

Bibliografia utilizada:

Grosso (2000), Luiz Antônio. Juventude. Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL.

Pochmann, Marcio (2008). O emprego no desenvolvimento da nação. São Paulo: Boitempo.

Costa (2004), Jurandir Freire. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: Regina Novaes & Paulo Vanuchi (org). Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo.

Kehl (2004), Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: Regina Novaes & Paulo Vanuchi (org). Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo.

Fontenelle (2002), Isleide Arruda. O nome da marca. McDonald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: ed. Boitempo.

2. Juventude trabalhadora

Pra começo de conversa, duas características fundamentais sobre a juventude brasileira devem ser anunciadas aqui: a juventude brasileira é majoritariamente trabalhadora e entra muito cedo no mercado de trabalho.

A maioria da juventude brasileira encontra-se no mercado de trabalho, seja na condição de empregados/as ou à procura de emprego.

Gráfico 1
Distribuição da população de 16 a 29 anos, segundo a situação de trabalho e de estudo, 2009



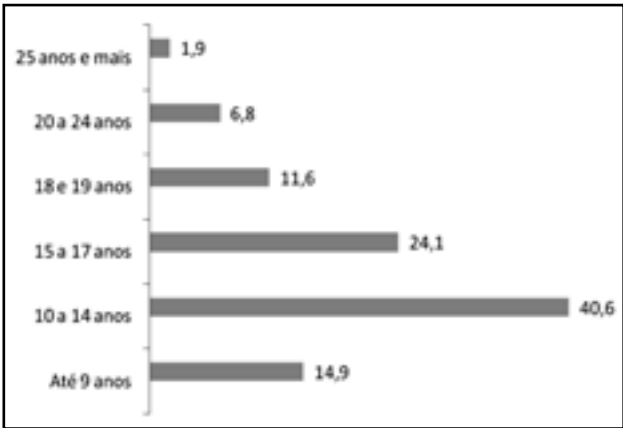
Fonte: IBGE/PNAD 2009
(Anuário dos Trabalhadores 2010-2011, DIEESE)

A origem social é determinante para as condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Cerca de 1/3 dos jovens brasileiros pode ser considerado pobre, uma vez que vive em famílias com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo¹. Verificando famílias com renda domiciliar per capita entre meio e dois salários mínimos, o percentual chegava a 60% dos jovens do país. As condições sociais verificadas a partir da renda das famílias impõem limites para escolha sobre o momento de colocar sua força de trabalho à venda.

¹ PNAD 2006, citado em Campos (2010).

Gráfico 2

Distribuição dos ocupados por idade em que começaram a trabalhar - Brasil 2006 (em %)



Fonte: DIEESE (2008).
Anuário dos Trabalhadores apud Campos (2010).

Como é possível observar mais da metade dos trabalhadores/as brasileiros/as começa a trabalhar antes da idade legalmente permitida. Somam 55% os atuais trabalhadores/as que declaram ter ingressado no mundo do trabalho antes dos 14 anos de idade. Portanto, por esses indicadores, não há como negar que no Brasil começa-se a trabalhar muito cedo.

A análise de Maria Carla Corrochano traz dados reveladores sobre a condenação precoce ao trabalho. Entre os jovens que só trabalham, os mais novos são também os mais pobres. Ou seja, quanto mais pobre for a família, mais cedo o jovem necessita entrar no mercado de trabalho. Ele acaba tornando-se uma fonte de renda extra para a família, como forma de contribuir com a sobrevivência coletiva.

O escritório brasileiro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em relatório sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, concluiu que quanto mais precoce a entrada no mercado de trabalho mais precária tende a ser a inserção laboral e maior o prejuízo para a formação educacional das pessoas, contribuindo para a reprodução da situação de pobreza.

Os jovens oriundos de famílias com as menores rendas abandonam mais cedo seus estudos, se comparados aos filhos de famílias com as maiores rendas. Eles são obrigados, pela condição econômica da família, a dedicar integralmente o seu tempo ao trabalho. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), enquanto parte considerável dos jovens pertencentes a famílias de baixa renda ainda ingressa no mercado de trabalho aos 14 anos, em situação de trabalho ilegal, sem concluir o ensino fundamental, os jovens de renda mais elevada ingressam aos 18 anos, principalmente em situações de trabalho protegidas e tendo completado o ensino médio (Brasil, 2010).

A elevação da renda das famílias constitui fator fundamental para reduzir a pressão sobre o trabalho precoce, ocasionado por necessidade de sobrevivência coletiva. Se, por um lado, é fato que os jovens de maior renda familiar inserem-se mais tarde no mercado de

trabalho, as políticas de elevação da renda das famílias, de elevação do emprego adulto e de combate à pobreza têm exercido influência sobre a redução da taxa de participação dos jovens adolescentes, ainda que moderada, nos anos recentes. A queda na taxa de participação foi provocada pela redução da entrada de adolescentes (15-17 anos) no mercado de trabalho. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve redução de 45%, em 1998, para 37%, em 2008.

Questões para debate:

1. De que formas as políticas de elevação da renda das famílias, como a elevação do salário mínimo e a geração de empregos, podem contribuir para superar a forma de inserção precária dos jovens no mercado de trabalho?

2. As iniciativas de combate ao trabalho infantil têm contribuído para evitar a entrada precoce no mercado de trabalho? Como?

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins or other markings on the paper.This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins or other markings on the paper.

Dinâmica Sugerida

Construir uma linha do tempo com informações pessoais dos participantes: idade com a qual trabalhou pela primeira vez; com que idade parou de estudar; com qual idade conseguiu um trabalho formal com contrato ou carteira assinada.

Bibliografia utilizada:

Campos (2010), Anderson. Juventude e Ação Sindical: crítica ao trabalho indecente. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Corrochano et al (2008), Maria Carla. Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, Instituto ibi.

OIT (2009), Trabalho Decente e Juventude no Brasil. Disponível em www.oitbrasil.org.br

Brasil (2010). Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. Brasília: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

IPEA (2009). PNAD 2008: primeiras análises (juventude). Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/091203_ComuPres36.pdf (acesso em março de 2012).

3. Juventude rural

A condição social da juventude rural brasileira apresenta-se como um verdadeiro risco para reprodução da agricultura familiar. Principalmente as mulheres jovens têm buscado alternativas ao campo para construir projetos profissionais e de vida.

Os estudos que buscam entender os motivos da saída dos jovens rurais rumo às cidades apontam para dois caminhos, não necessariamente excludentes: as dificuldades enfrentadas pelos jovens do campo principalmente quanto ao acesso à escola e ao trabalho; a atração do jovem pelo meio urbano ou mesmo pelo estilo de vida urbano (Castro, 2009).

A juventude rural² representa um contingente de mais de 8 milhões de pessoas. A taxa de participação dos jovens rurais de 15 a 19 anos atingiu o patamar de 60%, enquanto entre jovens urbanos na mesma faixa etária é de 48%. A partir dos 20 anos a taxa de participação dos jovens rurais e urbanos se iguala em cerca de 77%, segundo dados organizados pelo IPEA. Os ocupados com idade entre 15 e 29 anos constituem 32% do total dos ocupados em atividades rurais, em 2007.

A ausência de infraestrutura educacional nas regiões de moradia e as limitações para o acesso a terra criam verdadeiros bloqueios para que a juventude rural possa optar por permanecer no campo.

Verifica-se grande desigualdade de acesso e continuidade no processo de escolarização dos jovens rurais em relação aos urbanos. De acordo com a PNERA³ 2005, para 57% dos estudantes, a principal forma utilizada para ir à escola é percorrer o trajeto a pé, enquanto apenas 27% têm acesso a transporte escolar.

A necessidade de estudar obriga a sair de perto dos pais, para um centro maior, em busca de um curso superior. Serão obrigados a sair de sua comunidade para viver nos centros urbanos, próximos às instituições educacionais, ocasionando despesas para a família e falta de mão de obra na propriedade.

A agricultora e dirigente sindical Adriana Souza, em seu artigo no livro “Juventudes em Debate: sindicalismo e mercado de trabalho”, publicado pela CUT, relata a complexa dramaticidade da juventude rural:

“A agricultura familiar adota uma forma de continuação da atividade por meio da sucessão: o filho herda do pai uma propriedade agrícola. Antigamente, era questão de honra o pai deixar o filho bem colocado quando ele se casasse. No entanto, a manutenção do costume foi se tornando cada vez mais inviável em virtude da dificuldade de aquisição de novas terras. A propriedade paterna não se viabiliza se dividida em tamanho igual para todos os filhos.

2 O termo juventude rural unifica categorias sociais e identitárias distintas do campo e da floresta, como extrativistas; seringueiros/as; quebradeiras de coco babaçu; pescadores/as; marisqueiros/as; agricultores/as familiares; trabalhadores/as assalariados/as rurais; meeiros/as; posseiros/as; arrendeiros/as; acampados/as e assentados/as da reforma agrária; artesãos/as rurais que tem como unidade a identidade cultural com a terra e o direito ao reconhecimento como cidadão/ã.

3 Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária.

O interesse do jovem em continuar a profissão de agricultor/a choca-se com o tamanho do estabelecimento familiar, que não permite, na maioria dos casos, o parcelamento da unidade e a colocação na propriedade de mais de um/a filho/a, bem como a concentração de terras, que encarece e limita seu acesso.

O jovem desloca-se do meio rural na expectativa de melhorar de vida. A mídia é o instrumento mais usado para divulgar a ideia de que na cidade há mais qualidade de vida. Caracteriza a cultura urbana como a ideal a ser seguida, ditando normas, formas de vestir, falar, alimentação. Ao estabelecer esses parâmetros acaba inferiorizando o modo de ser das pessoas que fazem parte do meio rural.”

O acesso a terra é elemento fundamental de luta da juventude rural. Não há disponibilidade de espaço físico para a permanência de novos núcleos familiares oriundos das famílias já assentadas. É uma situação na qual, segundo expressão de Castro et al (2009), “ficar” no meio rural significa “começar de novo”, lutar pelo acesso a terra.

Questões:

1. Além das razões apresentadas no texto para explicar o motivo de os jovens estarem deixando o campo, você consegue apresentar outras explicações?
2. O que precisaria mudar nas áreas rurais para garantir ao jovem a opção de permanecer no campo?

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue lines, similar to standard notebook paper. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Parte 2

Relações de trabalho e políticas públicas



Foto: Paulo Bezerra, tirada em Fortaleza, Festival de Juventude

Bibliografia utilizada:

IPEA (2009). PNAD 2008: primeiras análises (juventude). Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/091203_ComuPres36.pdf (acesso em março de 2012).

Ferreira, Brancolina e Alves, Fábio (2009). Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: Castro, J. A. & Aquino, L. (org). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília, Ipea.

Castro et al (2009), Elisa Guaraná. Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica: EDUR.

Castro (2009), Elisa Guaraná. A juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. In: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, vol. 7, n. 1. Colômbia: Manizales.

OIT (2009). Trabalho Decente e Juventude no Brasil. Brasília, Escritório da OIT Brasil.

Souza (2007), Adriana Maria Antunes de. Oeste Catarinense, agricultura familiar e juventude rural. In: In: Bernardo, Paula Cristina (Org). Juventudes em debate: Sindicalismo e mercado de trabalho. São Paulo: CUT.

Sobrinho, Emanuel José e Firmo, Maria Madalena (2009). Jovens rurais: condição juvenil e participações sindicais. In: In: Ladoski, Mario Henrique (org). Juventude em perspectiva. São Paulo: CUT.

4. Padrão de inserção ocupacional dos jovens brasileiros: parte 1

Características fundamentais da forma como os jovens se inserem no mercado de trabalho no Brasil são: a condição de desempregados, a informalidade e a alta rotatividade no emprego.

O desemprego juvenil no Brasil

O desemprego juvenil assumiu características específicas e mesmo em situações de crescimento econômico permanece mais alto em relação ao desemprego dos adultos. Análises da OIT sobre desemprego juvenil nos países da América Latina demonstram que, embora necessário, o crescimento econômico não resolve por si o problema do desemprego entre os jovens. No caso brasileiro, de acordo com o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), o fenômeno do desemprego juvenil atinge mais fortemente aqueles de mais baixa renda, de baixa escolaridade, as mulheres, os negros e os moradores de áreas urbanas metropolitanas.

A taxa de desemprego nas faixas etárias mais jovens sofreu forte elevação durante a década de 1990. E, a despeito do quadro de moderada recuperação do emprego no Brasil nos anos recentes, ocorreu aumento do desemprego juvenil. Do total de jovens de 16 a 29 anos, 50,5% estavam desempregados em 2009, diante da média de 8,3% na taxa de desocupação. A principal característica da entrada do jovem no mercado de trabalho é sua inserção na condição de desempregado.

De acordo com os dados do DIEESE sobre o desemprego nas regiões metropolitanas, são os adolescentes, as mulheres e os negros os mais expostos a essa situação. Ocorreu um processo de feminização do desemprego juvenil no período de 1998 a 2007: a maior parte dos desempregados jovens nas regiões metropolitanas era mulheres (56%). Os jovens negros, por sua vez, representam a grande maioria dos jovens desempregados (56%)⁴.

Analisando a literatura sobre as razões da elevada taxa de desemprego juvenil, Maria Carla Corrochano encontrou explicações na própria esfera produtiva, tanto na oferta quanto na demanda de trabalho. Do lado da oferta, assinala a autora, há um custo menor para os jovens em abandonar empregos, devido aos baixos salários e à menor probabilidade de manter uma família quando comparados aos adultos. Esse argumento é utilizado na hora de demitir: em momentos de retração, as razões de muitos empregadores para a demissão dos jovens se relacionam à percepção de que teriam menos responsabilidades em relação às suas famílias. A autora observa, ainda, o fator econômico para o empregador: os custos da demissão dos jovens são menores que os dos adultos. É mais barato demitir um jovem, em momentos de retração da economia, porque ocorre (...) *menor investimento realizado na qualificação e treinamento dos jovens, menor sujeição dos jovens à legislação trabalhista e menos dispêndios com indenizações, dado o menor tempo de trabalho* (Corrochano, 2011).

Juventude trabalhadora: informalidade e instabilidade

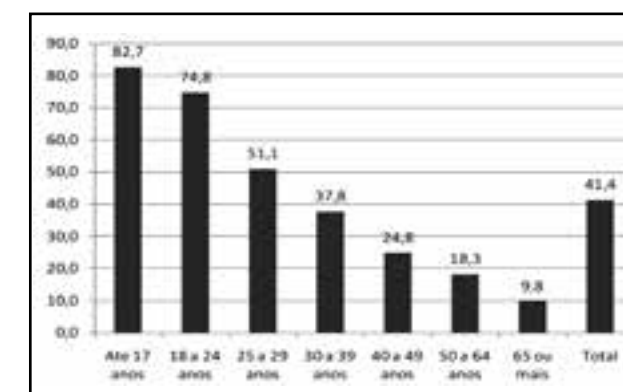
Apesar de a taxa de informalidade ser grande para todas as faixas etárias, chamamos a atenção para aqueles trabalhadores com até 24 anos: quase 60% desses estão em ocupações precarizadas, de acordo com os dados organizados pela Subseção do DIEESE

⁴ O DIEESE utilizou a faixa etária de 16 a 24 anos. As regiões metropolitanas pesquisadas foram: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e Distrito Federal.

na CUT Nacional. A forte desigualdade racial também é explicitada nesse aspecto da precarização do trabalho juvenil. A taxa de informalidade atinge 51% dos jovens brancos, enquanto entre os jovens negros o trabalho informal é realidade para 69% deles.

Para o grupo de trabalhadores de 18 a 24 anos, a rotatividade atinge 75%, ainda segundo o DIEESE-CUT. Eles ficam, em média, 14 meses no seu emprego e depois são demitidos. É um grupo etário consideravelmente fragilizado do ponto de vista da estabilidade no emprego.

Rotatividade no mercado formal de trabalho, por faixa etária, 2010, Brasil.



Fonte: Rais, 2009 e Caged 2010.
Elaboração: Subseção DIEESE-CUT Nacional.

O empresariado brasileiro, dada a sua grande liberdade para demitir em massa, eleva as taxas de rotatividade no emprego como forma de ajuste do seu custo com a força de trabalho. Demitem funcionários que ganham mais para contratar outros com menores rendimentos. Essa recorrente prática acentuou-se nos anos de crescimento econômico. Segundo o DIEESE, a rotatividade da mão de obra passou de 45% em 2001 a 53,8% em 2010.

Apesar das altas taxas de rotatividade, que se mantêm entre as mais elevadas na comparação internacional, praticamente não existe limitação à demissão no Brasil. A restrição é meramente econômica.

A juventude acaba por sofrer impacto da tese liberal, segundo a qual é a partir da redução dos custos com o contrato de jovens trabalhadores que ocorre o incentivo à sua colocação no mercado de trabalho. Sugestões liberais aparecem nos debates sobre a necessidade de uma política trabalhista específica para jovens. Por exemplo, a criação de um salário juvenil, que seria menor do que o mínimo; ou a exclusão dos encargos sociais obrigatórios a partir da formalização do emprego. São propostas que levam ao aumento da precarização do já precarizado trabalho de jovens.

Uma visão que se opõe a essa é a desenvolvimentista: o crescimento econômico e a consequente geração de emprego resolve o desemprego juvenil. As estatísticas apresentadas aqui demonstram o erro dessa visão. Os elementos que explicam o desemprego de jovens não são superados pela elevação geral do emprego formal.

Ao posicionar-se criticamente diante dessas visões, a CUT tem construído uma concepção de desenvolvimento sob a ótica da classe trabalhadora. De acordo com essa concepção, é necessário ocorrer a combinação de políticas de valorização do trabalho e distribuição de renda para reduzir a pressão por maior inserção dos jovens no mercado de trabalho. O aumento da renda das famílias a partir da recuperação dos empregos e da política nacional de valorização do salário mínimo; as políticas para a juventude voltadas à redução do seu custo de vida; a ampliação do acesso e das condições de permanência dos estudantes nos seus locais de estudo (escola, universidade), fortalecem a concepção de desenvolvimento defendida pela CUT.

Questões:

1. Na sua avaliação, por que os jovens pobres, mulheres e negros/as são os que estão mais expostos à situação de trabalho precário?
2. Você conhece a Convenção 158 da OIT? Discuta como a sua ratificação pelo Brasil poderia combater a precarização do trabalho de jovens?

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins or other markings on the paper.[illegible]

Bibliografia utilizada:

Campos (2010), Anderson. Juventude e Ação Sindical: crítica ao trabalho indecente. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

OIT (2007). Trabajo decente y juventud: América Latina. Lima: Oficina Regional para América Latina y el Caribe.

(2009). Trabalho Decente e Juventude no Brasil. Brasília, Escritório da OIT Brasil.

Brasil (2010). Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Corrochano (2011), Maria Carla. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: Papa, F. C. & Freitas, M. V. (org). Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis.

DIEESE (2008). Trajetórias da juventude nos mercados de trabalho metropolitanos. Mudanças na inserção entre 1998 e 2007. São Paulo.

DIEESE-CUT (2011). Mercado de trabalho e o desafio da organização sindical. São Paulo (mimeo).

Krein (2007), José Dari. Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil. Tese (Doutorado), Campinas: IE/Unicamp.

Pochmann (1998), Marcio. Inserção ocupacional e o emprego de jovens. São Paulo: ABET.

5. O padrão de inserção ocupacional dos jovens brasileiros: parte 2

Existem características do padrão de inserção ocupacional dos jovens brasileiros que demonstram o quão desfavorável é sua presença no mercado de trabalho. Podemos sintetizar alguns aspectos centrais desse padrão: os vínculos de trabalho mais precários, as longas jornadas, o peso do trabalho doméstico, os impactos sobre a saúde e a remuneração abaixo de todas as médias.

Os vínculos de trabalho são mais frágeis para o contrato de jovens.

A flexibilização dos contratos de trabalho favorece o estabelecimento de relações disfarçadas de emprego. De acordo com José Dari Krein (2007), percebemos uma relação disfarçada quando, apesar da contratação não ser realizada por um contrato de trabalho regular, mantém a subordinação nas relações de emprego, mas com menor proteção social, porque dribla a regulamentação do emprego vigente no País.

Exemplo de fraude trabalhista para ampliar a exploração do trabalho juvenil é a utilização desregulada dos contratos de estágio. Com a ausência de mecanismos eficazes de fiscalização das relações de trabalho e o aumento da quantidade de jovens em busca de ocupações, houve a intensificação da exploração do trabalho juvenil. A contratação de estagiários foi um importante mecanismo para utilização da força de trabalho juvenil de forma fraudulenta, no que diz respeito às relações laborais.

A intermediação de contratos de trabalho se tornou um grande negócio a partir dos anos 1990, com a criação de empresas privadas específicas para esse serviço. Houve desvinculação entre o exercício do estágio e o projeto pedagógico das instituições de ensino. Nota técnica da Subseção do DIEESE-CUT (2008) sobre o uso desse artifício demonstra que, dadas às características assumidas pela atividade do estágio (tempo integral; ausência de qualquer preocupação pedagógica por parte da empresa; desvinculação das tarefas executadas do conteúdo educacional aprendido), trata-se de um ato ilícito da empresa, uma vez que verificam-se todos os requisitos de um vínculo de emprego: habitualidade, onerosidade, pessoalidade e subordinação.

São longas as jornadas de trabalho a que são submetidos os jovens.

O percentual de trabalhadores jovens que exercem uma jornada de trabalho semanal acima de 44 horas semanais alcança um terço (OIT, 2009). Ou seja, um a cada três trabalhadores jovens exerce jornada de trabalho acima das legalmente permitidas. A consequência mais imediata é a não conciliação entre trabalho e estudo. Apenas 15% dos jovens que trabalham conseguem conciliar com os estudos. Os que conseguem realizar tal conciliação acabam dedicando praticamente todo o tempo de vida ao trabalho e ao estudo, sendo o tempo livre apenas residual.

A divisão sexual do trabalho tem um peso significativo na experiência juvenil.

Impõe particularmente às jovens mulheres o trabalho reprodutivo. O trabalho doméstico remunerado é uma das principais formas de inserção ocupacional das jovens no mercado de trabalho. Já o trabalho doméstico não remunerado é a principal ocupação das jovens que não estudam e que não estão no mercado de trabalho (trabalhando ou procurando trabalho). Estão condicionadas ao trabalho reprodutivo – familiar e de cuidados. De acordo

com relatório do IBGE, o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho não reduziu o tempo que elas dedicam às tarefas domésticas, sendo que 94% delas executam trabalho doméstico não remunerado (Brasil, 2007a).

A chamada inatividade juvenil – jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho – esconde uma situação de muito trabalho, principalmente das jovens mulheres, que constituem a maioria nesse grupo. Há que se destacar, mais uma vez, a desigualdade racial. Nesse grupo, há significativa presença de jovens negras (44%).

A situação da saúde do trabalho jovem alcança índice negativo alarmante.

Em 2007, cerca de 40% dos acidentes de trabalho registrados na Previdência Social vitimaram pessoas com até 29 anos de idade (Brasil, 2007b). Sendo obrigada às piores condições de trabalho e dada a ausência de mecanismos fortes de proteção social, a juventude trabalhadora está cada vez mais sujeita a acidentes e doenças provocadas pelo trabalho. O caso da juventude rural é alarmante. Submetida ao uso de agrotóxicos desde muito jovens, temos uma geração contaminada com diversos cânceres oriundos desses produtos. As ocupações hoje hegemônicas por jovens são também aquelas que têm reproduzido as novas doenças ocupacionais. No caso dos trabalhadores em teleatendimento, são o estresse, a depressão e a síndrome do pânico as doenças que crescem nas estatísticas.

A remuneração dos jovens é baixa, consequência do grau de precarização dos postos de trabalho ocupados por eles.

Se o principal motivo de sua entrada no mercado de trabalho é a possibilidade de complementar a renda familiar, “aceita-se” a remuneração que lhe é oferecida. Esse/a jovem não está em condições de impor negociação nem tem informações suficientes para tanto. Quanto mais jovem se insere no mercado de trabalho, menor é o rendimento (um detalhamento sobre as diferenças de rendimento entre jovens e adultos, com recorte de gênero e racial, pode ser conferido em DIEESE, 2008). Esse quadro demonstra que a maioria dos jovens que trabalha não tem escolha. Ou seja, para eles, a busca por trabalho não se justifica pelas oportunidades de aprendizado, acesso ao lazer e à cultura, e à autonomia econômica. Eles buscam trabalho sob o imperativo da sobrevivência e sua baixa remuneração cria obstáculos para a emancipação financeira e para o acesso aos bens culturais e à educação (Campos, 2010).

Questões:

1. Um dos mecanismos de combate à precarização do trabalho de jovens é a ação dos fiscais do trabalho. E os sindicatos? Como podem organizar o combate à precarização das relações de trabalho?
2. Sua entidade desenvolve ações em relação à saúde do trabalhador? É possível estabelecer relação com a saúde dos trabalhadores jovens?

[illegible]

Bibliografía utilizada:

BRASIL (2007a). Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da PNAD de 2001 e 2005. Brasília: IBGE.

Brasil (2007b). Anuário Estatístico da Previdência Social 2007. Brasília: Ministério da Previdência Social.

Campos (2010), Anderson. Juventude e Ação Sindical: crítica ao trabalho indecente. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Cardoso (2009), Ana Claudia Moreira. Tempo de trabalho, tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo: Annablume.

OIT (2007). Trabajo decente y juventud: América Latina. Lima: Oficina Regional para América Latina y el Caribe.

(2009). Trabalho Decente e Juventude no Brasil. Brasília, Escritório da OIT Brasil.

Brasil (2010). Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

DIEESE (2008). Trajetórias da juventude nos mercados de trabalho metropolitanos. Mudanças na inserção entre 1998 e 2007. São Paulo.

(2008). A nova regulamentação do estágio. Após a aprovação do PL 2.419/07 no Congresso e antes da Sanção Presidencial. Subseção Dieese-CUT, setembro.

Krein (2007), José Dari. Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil. Tese (Doutorado). Campinas: IE/Unicamp.

Pochmann (1998), Marcio. Inserção ocupacional e o emprego de jovens. São Paulo: ABET.

Dinâmicas Sugeridas

- **Dividir a turma em dois grupos para construir uma encenação teatral. O grupo 1 constrói uma cena na qual um jovem sem experiência de trabalho tenta seu primeiro emprego. O grupo 2 constrói uma cena na qual um estudante é contratado como estagiário, mas suas funções nada têm a ver com seu estudo. As encenações podem ser interativas com o método de arena (baseado no Teatro do Oprimido, no qual os espectadores são chamados a se colocar na situação do sujeito oprimido da cena e improvisam saídas para sua situação).**

- **Construir o roteiro de um dia de trabalho de um/a jovem trabalhador/a estudante. Num quadro visível para toda a turma, contabilizar quantas horas em um dia gasta-se com: a) preparo para sair de casa; b) deslocamento até o trabalho; c) jornada no local de trabalho; d) deslocamento até o local de estudo; e) deslocamento para casa; f) trabalho doméstico; g) horas restantes para higiene pessoal, dormir, participar de atividades do sindicato, lazer...**

6. Políticas públicas de trabalho: para além da qualificação profissional

As políticas de Estado que tenham como objetivo alterar o padrão de inserção ocupacional da juventude no mercado de trabalho devem atuar em dois sentidos: Primeiro, a regulação pública do trabalho precisa ser fortalecida de maneira a estruturar o quadro geral do mercado de trabalho. O segundo sentido das políticas voltadas à juventude diz respeito ao papel insubstituível do Estado no provimento da proteção social⁵. É o Estado que pode garantir instrumentos fortes de proteção social, seja para promover condições laborais dignas, seja evitando a entrada precoce no mercado de trabalho. Esses são dois sentidos fundamentais de uma política de Estado direcionada à juventude. Porém, existe um discurso ainda dominante que reduz a política pública de trabalho voltado para a juventude à qualificação profissional. É um elemento importante, mas não pode ser o centro da política.

O Escritório da OIT no Brasil publicou, em 2009, documento intitulado Trabalho decente e juventude no Brasil. Após um diagnóstico sobre a situação da juventude no País no que se refere à sua escolaridade e seu padrão de inserção no mercado de trabalho, o relatório apresenta cinco desafios para as políticas públicas. São eles:

- Evitar a entrada precoce no mercado de trabalho, o que interfere na formação educacional e, ao mesmo tempo, promover a conciliação entre escola e trabalho para os que precisam ou querem trabalhar;
- Combater a discriminação e promover a igualdade de oportunidades e de tratamento no mundo do trabalho;
- Garantir os direitos do trabalho por meio da regulação pública e do cumprimento da legislação trabalhista;
- Articular o combate à inserção precária de jovens no mercado de trabalho com políticas estruturantes de educação, segurança, combate à pobreza, utilizando os mecanismos de transferência condicionada de renda;
- Inserir no modelo de desenvolvimento a combinação de políticas econômicas e sociais, conformando uma estratégia de combate à precarização do trabalho juvenil.

O desafio estratégico de combate ao desemprego juvenil não se organiza em torno da geração de mais trabalho para a juventude, uma vez que ela já é majoritariamente trabalhadora. As ocupações, no entanto, são majoritariamente precárias. Nesse sentido, a redução da taxa de participação de jovens tem impactos mais estruturantes no mercado de trabalho. Tal estratégia pode ser desenvolvida no quadro atual, utilizando o crescimento econômico para financiar a elevação da renda das famílias, a universalização de políticas sociais e a garantia de assistência estudantil.

Para manter sua permanência no sistema educacional, os estudantes necessitam de transporte, alimentação, acesso a bens culturais e, fundamentalmente, de tempo livre para seu descanso, lazer e direito a sonhar um futuro e viver o presente. Em um quadro social no qual a maioria da juventude não possui recursos financeiros para abarcar o conjunto dessas

necessidades, sobram duas opções: buscar uma ocupação, em sua maioria, desprotegida socialmente, para tentar garantir a continuidade dos estudos ou abandonar drasticamente a escola para dedicar-se integralmente à busca de formas de incremento da renda familiar. Em ambos os casos, os prejuízos para uma trajetória futura estão anunciados (Campos, 2010).

A universalização dos direitos sociais somente é possível se ocorrer a desmercantilização das políticas sociais. Desmercantilizar uma política de proteção social é permitir que o bem-estar não dependa de relações monetárias.

Políticas como a universalização efetiva da escolaridade obrigatória, a adoção de medidas e políticas que garantam a permanência na escola pelo menos até a conclusão do ensino médio podem ter impactos positivos nas oportunidades do acesso de jovens a trabalhos não precários (OIT, 2009).

No que diz respeito à juventude rural, é o direito à educação básica que não tem sido garantido pelas políticas públicas. A maioria dos jovens rurais não consegue completar o ensino fundamental, quiçá entrar no ensino médio. Dificuldades como a ausência de transporte público e inexistência de escolas suficientes no campo criam fortes impedimentos para o exercício do direito à educação.

Ao mesmo tempo, a juventude rural necessita de educação profissional e técnica, somente possível com forte ampliação das escolas agrotécnicas e universidades rurais. A interiorização da educação profissional e técnica públicas é um fator estruturante para qualificação dos jovens rurais e sua permanência no campo.

Gonzales (2009) sistematizou em três os tipos de políticas de juventude no que se refere ao trabalho: 1) preparar para a transição, facilitar contratação e oferecer melhores oportunidades de trabalho; 2) o inverso, prolongar a escolarização, desincentivar a entrada no mercado de trabalho; 3) regulamentar a participação dos jovens no mercado de trabalho e conciliá-la com a continuidade dos estudos.

Segundo avaliação do próprio Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2010), prevalecem no Governo Federal as políticas voltadas a oferecer qualificação profissional e elevação da escolaridade:

Considerando o conjunto dos programas do Governo Federal, focados ou com interface com o mercado de trabalho, é possível entrever que estamos distantes de uma política estrutural de emprego para jovens. (...) Percebe-se que, no campo do trabalho, prevalecem programas de caráter focalizado que, embora importantes, não dizem respeito à problemática do trabalho para a juventude como um todo, tendo tempo e público determinados.

Nos anos 1990, as opções que restaram à juventude foram aquelas impostas pelos limites estruturais desse mercado e pela estagnação econômica que incapacitou possibilidades de geração de emprego. Sob orientação do Banco Mundial, consolidou-se a ideia de que a única alternativa seria a incansável busca da empregabilidade.

A pedagogia das competências e da empregabilidade expressa, no plano pedagógico e cultural, a ideologia do capitalismo flexível, nova forma de intensificar a exploração do trabalho.

⁵ A noção de direitos sociais foi fortemente reduzida a tal ponto pela agenda neoliberal que a concepção de proteção social foi identificada com assistência social: proteção social é direito restrito aos grupos sociais considerados vulneráveis ou excluídos. Reverter essa concepção, tratando a proteção como direito universal faz parte de uma agenda de superação do neoliberalismo.

Sobre a pedagogia das competências*

Ao ser utilizada no âmbito do **trabalho**, as ‘competências’ buscam designar os conteúdos particulares de cada função em uma organização de trabalho. A transferência desses conteúdos para a formação, orientada pelas competências que se pretende desenvolver nos educandos, dá origem ao que chamamos de ‘pedagogia das competências’, isto é, uma pedagogia definida por seus objetivos e validada pelas competências que produz.

A emergência da ‘pedagogia das competências’ é acompanhada de um fenômeno observado no mundo produtivo – a eliminação de postos de trabalho e redefinição dos conteúdos de trabalho à luz do avanço tecnológico, promovendo um reordenamento social das profissões. Este reordenamento levanta dúvidas sobre a capacidade de sobrevivência de profissões bem delimitadas, ao mesmo tempo em que fica diminuída a expectativa da construção de uma biografia profissional linear, do ponto de vista do conteúdo, e ascendente, do ponto de vista da renda e da mobilidade social. Pode-se falar da crise do valor dos diplomas, os quais perdem importância para a **qualificação** real do trabalhador, promovida pelo encontro entre as competências requeridas pelas empresas e adquiridas pelo trabalhador, capazes de serem demonstradas na prática (Paiva, 1997).

Enquanto o conceito de qualificação se consolidou como um dos conceitos-chave para a classificação dos empregos, por sua multidimensionalidade social e coletiva, apoiando-se especialmente, mas sem rigidez, na formação recebida inicialmente, as competências aparecem destacando os atributos individuais do trabalhador. Segundo o discurso contemporâneo das empresas, o apelo às competências requeridas pelo emprego já não está ligado (ao menos formalmente) à formação inicial. Ou, em outras palavras, as práticas cognitivas dos trabalhadores, necessárias e relativamente desconhecidas, podem não ser representadas pelas classificações profissionais ou pelos certificados escolares. Essas competências podem ter sido adquiridas em empregos anteriores, em estágios, longos ou breves, de formação contínua, mas também em atividades lúdicas, de interesse público fora da **profissão**, atividades familiares etc.

As competências, a partir de procedimentos de avaliação e de validação, passam a ser consideradas como elementos estruturantes da organização do trabalho que outrora era determinada pela profissão. Enquanto o domínio de uma profissão, uma vez adquirido, não pode ser questionado (no máximo, pode ser desenvolvido), as competências são apresentadas como propriedades instáveis dentro e fora do exercício do trabalho. Isso quer dizer que uma gestão fundada nas competências encerra a ideia de que um assalariado deve se submeter a uma validação permanente, dando constantemente provas de sua adequação ao posto de trabalho e de seu direito a uma promoção.

Nesse contexto, a pedagogia das competências aliada à noção de empregabilidade afirma a lógica, segundo a qual, o desemprego é problema do trabalhador individualmente e não da estagnação econômica. É ele que precisa se qualificar para poder melhor competir com outros. O problema do desemprego juvenil, por esse ponto de vista, seria uma questão de defasagem entre o seu aprendizado e o perfil desejado pelo mercado.

*Marise Nogueira Ramos – Vebete do Dicionário da Educação Profissional em Saúde – 2ª Edição 2008 – Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Questões:

1. Por que o discurso da empregabilidade como forma de conquistar um lugar no mercado de trabalho é questionado pela CUT?
2. Quais políticas públicas direcionadas para a juventude são implementadas em sua cidade? Elas contribuem com o desenvolvimento integral da juventude?
3. A disputa em torno do tempo é cada vez mais central para a classe trabalhadora. Temos perdido nosso tempo de vida para nos dedicarmos quase completamente ao trabalho. Você sabia que a OIT tem uma Convenção, ratificada pelo Brasil, que estabelece o direito à licença remunerada para fins de educação e qualificação profissional?

[illegible]

Parte 3

Ação Sindical



Foto: Dino Santos, tirada em SP, Seminário de Planejamento do Coletivo Nacional de Juventude

Bibliografia utilizada:

Brasil (2010). Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Campos (2010), Anderson. Juventude e Ação Sindical: crítica ao trabalho indecente. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

OIT (2009). Trabalho Decente e Juventude no Brasil. Brasília, Escritório da OIT Brasil.

Esping-Andersen (1991), Gosta. As três economias políticas do Welfare State. In Revista Lua Nova, n.24. São Paulo: CEDEC.

Gonzales (2009), Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: Castro, J. A. & Aquino, L. (org). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília, Ipea.

Sennet (2007), Richard. A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. São Paulo: Record.

7. Organização da juventude na CUT

O tema juventude trabalhadora, apesar de citado em resoluções desde a década de 1980, apenas na primeira década dos anos 2000 assume lugar na agenda da CUT. Após dez anos de constituição, somente em 2007 o Coletivo Nacional da Juventude Trabalhadora consegue definir uma pauta de reivindicações, organizar um programa de ação⁶ e consolidar um lugar na formação sindical em âmbito nacional⁷.

Até então, a juventude era apenas citada nas resoluções congressuais como o setor atingido pelo desemprego e pela precarização do mercado de trabalho (Silva & Bernardo, 2007). Com a formação do Coletivo Nacional, passou-se a tratar da importância da organização deste segmento para fortalecer a ação sindical. Permitiu, ainda, que a CUT iniciasse o debate sobre as especificidades da exploração do trabalho juvenil no interior do mercado de trabalho deteriorado e no contexto de uma economia estagnada. No 9º Concut, realizado em 2006, fez-se um balanço da ação internacional, da ampliação de coletivos nos Estados e nos ramos. Mesmo com tais avanços, em 2007 avaliava-se algumas dificuldades que persistiam:

[...] O Coletivo de Juventude, vinculado à Secretaria de Políticas Sociais, ainda não conquistou sua autonomia política e financeira. Mais que isso, não consolidou sua estrutura nacionalmente, pois dos 12 coletivos existentes nas estaduais da CUT e dos seis coletivos nos ramos nem todos funcionam. Os que estão na ativa enfrentam uma série de dificuldades para manter um trabalho permanente: falta de estrutura, de recursos, falta de jovens liberados que priorizem a militância e ainda há ausência de agenda e estratégia que fundamentem a construção de uma pauta política que oriente a intervenção da juventude sindicalista (Silva & Bernardo, 2007).

Ainda no 9º CONCURT, em 2006, foi aprovada a realização de uma campanha nacional de sindicalização de jovens não realizada até o momento.

Como requisito para apresentar propostas para a I Conferência Nacional de Juventude, realizada em abril de 2008 pelo Governo Federal, a CUT realizou a I Conferência Livre da Juventude, em novembro de 2007. A resolução da Conferência Livre apresenta reivindicações que vão desde o fortalecimento da Previdência Social até propostas de proteção social dos jovens no mercado de trabalho. A novidade é a incorporação na agenda da CUT da proposta de políticas públicas que financiem o adiamento da entrada de jovens no mercado de trabalho, por meio de investimento em educação e em programas de transferência de renda.

A diretriz aprovada, que fundamentou o conjunto da pauta, afirmava a defesa de:

Políticas de Estado voltadas para: o retardamento da entrada do jovem no mercado de trabalho e, por outro lado, alterar positivamente o atual padrão de inserção

⁶ O Coletivo foi formado em 1997. Em 2007, realizou seu III Encontro Nacional da Juventude Trabalhadora e a I Conferência Livre da Juventude da CUT – esta última como fase preparatória para a Conferência Nacional de Juventude, realizada pelo Governo Federal, em abril de 2008. O saldo político está expresso na Resolução do III Encontro (cf. Silva, Adriano Soares da & Bernardo, Paula Cristina (2007). As juventudes nas resoluções dos Congressos e Plenárias da CUT: o processo de construção de um sujeito histórico e de uma pauta de reivindicações. In: Bernardo, Paula Cristina (Org). Juventudes em debate: Sindicalismo e mercado de trabalho. São Paulo: CUT.) e na Resolução da Direção Nacional da CUT de 6 e 7 de dezembro de 2007, disponível em www.cut.org.br.

⁷ A partir do Projeto de Formação Sindical Juventude, Sindicalismo e Inclusão Social, que teve apoio financeiro da DGB, central sindical alemã, os dirigentes jovens começaram a ter acesso à formação sindical com metodologia e conteúdo voltados para esse público específico.

ocupacional da juventude brasileira (garantir a formalização, manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais, bem como, uma jornada de trabalho compatível com os estudos) (CUT, 2007).

Na 12ª Plenária Estatutária da CUT (2008), foi aprovada a criação da Secretaria de Juventude (SNJ-CUT). Seus ocupantes na CUT nacional e nas estaduais foram eleitos/as no processo do 10º CONCURT (agosto de 2009). Legitimar o tema juventude no âmbito da direção da Central é um passo fundamental para que a CUT assuma as lutas da juventude brasileira com sentido estratégico, de disputa de hegemonia na sociedade. A criação de secretarias de juventude é um marco para esse processo, porém, não é suficiente. A construção e o fortalecimento de coletivos de juventude em todos os Estados e ramos da CUT são imprescindíveis para enraizar a agenda política da juventude cutista nas direções e nas bases (CUT, 2009).

Desde a década passada, orientada pela mudança de período político em nosso País, a CUT assumiu a estratégia de disputar os rumos do desenvolvimento nacional. Trata-se de uma disputa de hegemonia com o capital financeiro, os grandes meios de comunicação e os setores neoliberais organizados, que dão base política para o bloqueio às mudanças. Reproduzimos, aqui, trecho de artigo assinado pelo então presidente nacional da CUT e pela primeira dirigente a assumir a Secretaria Nacional de Juventude da Central. Eles apresentam a localização política da juventude na estratégia da CUT:

(...) é fundamental a organização da juventude brasileira para consolidarmos o campo democrático e popular. Se considerarmos que a maioria dessa juventude é trabalhadora, porque já está inserida no mercado de trabalho (ocupada ou à procura de ocupação), a CUT maior central sindical do país tem um papel fundamental na organização desse segmento e das suas demandas no plano da luta sindical.

No entanto, verificamos ainda muitas dificuldades para aproximarmos jovens dos sindicatos. Uma dessas dificuldades diz respeito à renovação das direções sindicais. Desafio que não será superado sem atualizar a estratégia sindical da CUT, hoje articulada em dois eixos centrais: fortalecer a concepção sindical CUTista e disputar hegemonia na sociedade.

Para fortalecer a estratégia sindical da CUT, é necessário reorientar a luta sindical de forma a ampliar a representação dos interesses da maioria da classe trabalhadora do nosso país, e não apenas daqueles que já estão inseridos no mundo do trabalho. A maioria da juventude trabalhadora brasileira está ocupada em tarefas precarizadas. Não conseguiremos organizá-la e representá-la se permanecermos limitados aos que possuem carteira de trabalho assinada. É um exercício de atualização da prática sindical.

Para avançar na disputa de hegemonia na sociedade, guiada por um outro modelo de desenvolvimento, é necessário recuperar o sentido das políticas sociais e do papel do Estado. Nossa juventude necessita de proteção social. Ela se encontra desprotegida frente à lógica exploradora do empresariado, que busca aumentar sua taxa de lucro ampliando a precarização do trabalho. Ela está desprotegida, também, pela baixa renda de suas famílias e pela ausência de políticas públicas que desonerem a sua vida social (custos com transporte público, com lazer, alimentação, estudos).

O fortalecimento do Estado é imprescindível para garantir a universalização de políticas sociais que permitam proteger nossa juventude diante da imposição da busca por

trabalho. Criar uma plataforma de luta juvenil que apresente as reivindicações para reverter a atual situação é uma tarefa urgente assumida pela CUT.

Com a criação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, nossa Central desenvolve mais condições de atingir esses desafios. Para tanto, ela não pode ser uma pasta setorial, no sentido de dedicar-se às especificidades da condição juvenil. Ela atingirá seu papel na estratégia geral da CUT se conseguir relacionar as bandeiras gerais de luta da classe trabalhadora com as questões que afetam diretamente a realidade juvenil.

Um exemplo disso é a histórica luta pela redução da jornada de trabalho. É uma bandeira do conjunto da classe trabalhadora, mas tem um impacto particular sobre a juventude. É tarefa da Juventude da CUT traduzir essa bandeira em sua face juvenil, ou seja, transformá-la em uma bandeira de luta da juventude brasileira. Reduzir a jornada é gerar emprego. E é também gerar tempo livre e saúde. É fundamental para os jovens estudantes que precisam trabalhar e que são obrigados a abandonar a escola porque a jornada de trabalho desabilita-o a raciocinar, a produzir conhecimento, a chegar no horário da aula.

Outro exemplo da importância de relacionar a estratégia geral da CUT com a plataforma juvenil é a aliança com os movimentos sociais do campo democrático e popular. A agenda de lutas construída em unidade entre esses movimentos terá muito mais vigor no interior do movimento sindical se for apropriada pela CUT.

Por fim, é importante ressaltar a contribuição possível da SNJ-CUT e do conjunto da juventude sindical nesse período que se abre. A provocação desafiadora é de construir uma nova geração sindical em nosso país. Nova não apenas no que diz respeito à idade, mas nova em sua forma de construir política sindical, em seu potencial criativo para organizar a maioria da classe trabalhadora e de romper com as formas autoritárias, burocráticas e opressoras que ainda estão arraigadas na estrutura sindical, apesar da incansável luta do sindicalismo combativo e militante da Central Única dos Trabalhadores (Santos e Deus, 2009).

Questões:

1. Consideramos que as bandeiras históricas da CUT contribuem para superar a situação precária da juventude no mercado de trabalho. Além da redução da jornada de trabalho, citada no texto, que outras reivindicações da CUT – que não são específicas de jovens – fortalecem as lutas da juventude trabalhadora?

2. A organização e participação da juventude trabalhadora traz algo de novo para o movimento sindical?

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Bibliografia utilizada:

CUT (2007), Resolução da Direção Nacional de 6 e 7 de dezembro, Anexo

Silva, Adriano Soares da & Bernardo, Paula Cristina (2007). As juventudes nas resoluções dos Congressos e Plenárias da CUT: o processo de construção de um sujeito histórico e de uma pauta de reivindicações. In: Bernardo, Paula Cristina (Org). Juventudes em debate: Sindicalismo e mercado de trabalho. São Paulo: CUT

Santos, Artur Henrique da Silva e Deus, Rosana Sousa de (2009). A juventude na estratégia da CUT. In: Ladoski, Mario Henrique (org). Juventude em perspectiva. São Paulo: CUT.

Central Única dos Trabalhadores (2009). Caderno de Resoluções – 10º Congresso Nacional da CUT. São Paulo: CUT.

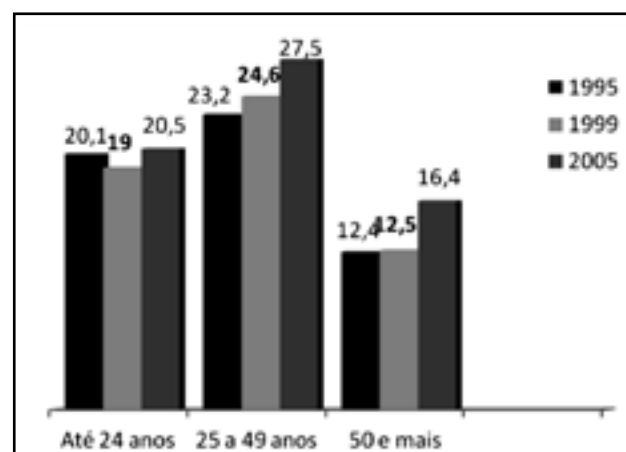
8. Limites para a sindicalização

A recuperação da geração de empregos formais e das taxas de sindicalização no Brasil são fatos da primeira década dos anos 2000, mesmo que de maneira leve, possibilitados por um contexto político-econômico favorável.

Esse contexto favorável impulsionou a recuperação dos índices de sindicalização. Em 2005, verificou-se um aumento de 15,7% na taxa nacional de sindicalização comparada com a de 1998. O percentual de sindicalizados sobre o total de ocupados no país em 2005 era de 18,4% - em 1998 representava 15,9% (Pochmann, 2007)

No entanto, a sindicalização de jovens trabalhadores/as permaneceu estagnada. Houve crescimento considerável em todas as faixas etárias acima de 24 anos. O gráfico abaixo apresenta a elevação das taxas de sindicalização em um período de dez anos (1995 a 2005).

**Brasil: evolução da taxa geral de sindicalização por faixa etária
(em % da ocupação total)**



Fonte: IBGE/PNAD Apud Pochmann (2007)

A partir desses indicadores percebemos que a quantidade de jovens sindicalizados com até 24 anos cresceu apenas 2%. Quando comparamos com as outras colunas, as demais faixas etárias apresentam crescimento considerável. No caso da última faixa etária (50 e mais), de 1995 a 2005 houve uma elevação de 32,2% no número de sindicalizados. Apenas a juventude trabalhadora com até 24 anos não apresenta crescimento considerável nesse período.

A situação dos/as jovens trabalhadores/as é sintoma da desestruturação do mercado de trabalho. Esse processo transforma-os no segmento mais vulnerável. Por conseguinte, sua representação sindical é a mais frágil, mesmo no momento de recuperação das taxas de sindicalização (Campos, 2012).

É preciso compreender quem é esse jovem, seus modos de vida e suas perspectivas, para, assim, construir as ferramentas mais adequadas e diferentes estratégias de sindicalização.

A juventude tornou-se alvo principal do projeto societário dominante, tensionando-a para reprodução da sociedade de mercado. Os sistemas de produção flexíveis possibilitaram

imensamente a aceleração do ritmo de inovação das mercadorias. Mas, para que essa aceleração da produção pudesse garantir o giro do capital, foi necessário reduzir drasticamente o tempo de consumo das mercadorias. A forma encontrada, segundo David Harvey (2008), foi a diminuição do tempo de duração da mercadoria. Criar, ininterruptamente, novas necessidades de consumo tornou-se a regra básica. A importância dada a modas fugazes e à mobilização dos mais diversos artifícios para induzir novas necessidades resultou em fortes impactos culturais. Para o autor, essa mudança é baseada na “instabilidade de uma estética que celebra a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais”.

Viver a juventude passou a significar viver apenas o presente. A sensação da vida que é vivida no imediato, descomprometida com planos, é compatível com o consumo de mercadorias de vida curta. Assim como a adolescência, as mercadorias também passaram a ficar obsoletas em tempos cada vez mais curtos.

Poder da Mídia

O poder midiático e da cultura de massa, a educação voltada para a competitividade, a cotidiana quebra de laços de solidariedade, dentre muitos outros, são ferramentas bastante poderosas e eficazes para a adaptação. Se a organização sindical é decorrente da solidariedade de classe, a ausência desta põe em risco a vitalidade da ação coletiva de trabalhadores e trabalhadoras.

A dificuldade de planejar iniciativas de atração de jovens para ações sindicais tem relação direta com a forma de organização e com o conteúdo das pautas de reivindicação sindical. Tem relação, acima de tudo, com as possibilidades de identificação coletiva a partir do resgate de laços de solidariedade desde sua condição de classe. As direções sindicais podem optar entre resguardar o formato atual de representação ou incrementar a ação sindical com sindicalismo militante renovado, capaz de atrair a imensa massa de jovens trabalhadores a partir de uma identidade de classe profundamente enraizada (Campos, 2007; 2010).

Se, por um lado, o padrão de inserção ocupacional é um limitador forte para a sindicalização de jovens, por outro, a influência da cultura do novo capitalismo sobre o comportamento juvenil apresenta-se como obstáculo importante mesmo aos jovens em melhores condições no mercado de trabalho.

À juventude rural são impostas outras limitações baseadas na especificidade da sua condição social. Os mecanismos de controle e as relações hierárquicas estendem-se do espaço doméstico para os espaços coletivos:

O controle é exercido enquanto o jovem estiver vivendo com os pais, principalmente no caso das filhas, o que reforça a “saída” de casa e do assentamento como forma de alcançar autonomia (Castro, 2009).

Nos anos 2000, houve intenso processo organizativo dos jovens tanto nos movimentos sindicais – na Contag e na Fetraf –; como nos movimentos que fazem parte da Via Campesina Brasil (no MST, no MPA, no MMC e no MAB). Ou, ainda, na visibilidade para movimentos já consolidados como a Pastoral da Juventude Rural. As maioria dos movimentos sociais formalizou, por volta do ano 2000, alguma instância organizativa (Castro et al, 2009).

O movimento sindical de trabalhadores rurais possui instâncias de organização de jovens em todos os níveis, do sindicato de base à estrutura nacional.

Em pesquisa realizada com participantes de curso de formação de jovens sindicalistas da CUT, destacam-se duas informações importantes apresentadas pelos jovens rurais. A primeira delas diz respeito ao lazer. Para eles, a internet é a segunda opção de lazer, perdendo apenas para a prática de esportes. Soma-se a isso o fato de que a internet é indicada como principal meio de comunicação dos jovens na pesquisa (57,6%) (Sobrinho & Firmo, 2009)

Outra informação importante da pesquisa, apontada por Sobrinho & Firmo (2009), é a razão para a atração de jovens ao sindicato. As duas principais atividades que motivaram a participação juvenil no sindicato são: culturais (42%) e assembleias e congressos (24%). Há, portanto, uma distinção do senso comum no meio sindical, segundo o qual, a única forma de atrair a juventude para o sindicato é com ações recreativas. Entre os jovens rurais também aparece o índice maior de participação partidária, se comparado aos jovens urbanos.

A incorporação da juventude trabalhadora como elemento importante da organização sindical não pode resultar em mera acolhida. Sem uma cultura política renovada, as ações voltadas para jovens podem limitar-se à oferta de recreação e até mesmo à apelação à cultura de massas para se afirmar diante deles. Também continuará sem impacto se forem tratados pelo sindicato apenas como mais uma oportunidade de ampliação de filiado (2010).

O exemplo da organização da juventude rural é muito importante nessa perspectiva. Castro (2009) percebeu que as demandas apresentadas revelam muito sobre como esses jovens se percebem. Por um lado, eles reforçam as reivindicações consideradas específicas, como o acesso a terra e à educação. Por outro lado, conforme observa a autora, eles constroem suas reivindicações no contexto de transformações sociais da própria realidade do campo e da sociedade brasileira.

Questões:

1. A quebra da solidariedade de classe cria limitações fortes para construir a identidade coletiva dos/as trabalhadores/as. Quais meios podemos utilizar para criar na juventude sua identificação enquanto membro da classe trabalhadora?

2. Quais modificações na forma de organização e ação do sindicato precisam ser feitas para atrair os/as jovens trabalhadores/as para a ação sindical?

[illegible]

Bibliografia utilizada:

Pochmann (2007), Marcio. A sindicalização no emprego formal terceirizado no Estado de São Paulo. Campinas: Sindeepres.

Campos (2007), Anderson. De portas fechadas: limites para a sindicalização de jovens. In: Bernardo, Paula Cristina (Org). Juventudes em debate: Sindicalismo e mercado de trabalho. São Paulo: CUT

(2010). Juventude e Ação Sindical: crítica ao trabalho indecente. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

(2012). Juventude trabalhadora: algumas razões para a não sindicalização. In: Revista Espaço Acadêmico, n. 129. Maringá: Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/15773>

Harvey (2008), David. *Condição Pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17ª edição. São Paulo: ed. Loyola.

Sobrinho, Emanuel José e Firmo, Maria Madalena (2009). Jovens rurais: condição juvenil e participação sindical. In: In: Ladoski, Mario Henrique (org). Juventude em perspectiva. São Paulo: CUT.

9. As questões da juventude nas negociações coletivas

O espaço da negociação coletiva é de extrema importância para garantia e a ampliação dos direitos da classe trabalhadora, bem como a determinação das regras e condicionantes das relações de trabalho. Vários dispositivos legais têm origem em direitos adquiridos nas negociações diretas. Importante ressaltar que o direito à organização sindical e à negociação coletiva encontram respaldo nas Convenções 98 e 154 da Organização Internacional do Trabalho, já ratificadas pelo Brasil.

Porém, as questões relativas às garantias do trabalho do jovem têm presença ainda pequena no processo de negociação coletiva levada a cabo pelos sindicatos.

A organização dos jovens e sua participação ativa na vida sindical e, em particular, nas mesas de negociação, são elementos fundamentais para o avanço em termos de garantias de direitos para a juventude trabalhadora ou mesmo para a conquista de direitos novos.

O quadro abaixo foi elaborado pela Subseção do DIEESE-CUT, com base nos dados do SACC-DIEESE: Sistema de Acompanhamento de Contratações Coletivas, desenvolvido para armazenamento e recuperação de informações registradas em documentos resultantes do processo de negociação coletiva de trabalho. A fonte de coleta das informações são os acordos e convenções coletivas de trabalho, documentos resultantes do processo de dissídio coletivo, termos aditivos e outros.

Cláusulas de garantias aos jovens: 2007, 2008 e 2009

Temas	Quantidade
Estagiários, menores aprendizes e trainees	44
Contratação de mão de obra jovem	7
Estabilidade Serviço Militar	47
Jornada de Trabalho menor e estudante	79
Educação/estudante	74
Total	251

Em um universo de aproximadamente 50 mil cláusulas, soma-se 0,5% daquelas relacionadas a garantias diretamente aos jovens. Separadas por temas, as cláusulas relacionam-se a:

Estagiários , menores aprendizes e trainees

- Garantia de salário mínimo para o menor aprendiz;
- Preferência nas contratações após o final da aprendizagem;
- Garantia do salário normativo da categoria;
- No início, 75% do salário normativo e, nos últimos 6 meses, 100%;
- Compromisso de abertura de vagas para estagiários.

Contratação de mão de obra jovem

- Redução do salário normativo da categoria para o primeiro emprego;
- Compromisso de ampliar as vagas para jovens.

Estabilidade Serviço Militar

- Estabilidade a partir da data do alistamento ou incorporação até:
 - 30 dias (a maioria das cláusulas);
 - 45 dias;
 - 60 dias ;
 - 90 dias.

Jornada de Trabalho menor e estudante:

- Proibição para extensão das jornadas de trabalho;
- Proibição para mudanças de turno;
- Garantia de faltas para exames e vestibulares.

Educação/estudante:

- Fornecimento de kit escolar;
- Reembolso dos gastos com matrícula e mensalidade desde que o curso seja compatível com a atividade (diversas até 80%).

Um dos temas de extrema relevância para negociação coletiva é a questão da saúde da juventude trabalhadora. A saúde ainda não é considerada uma questão prioritária para jovens dirigentes sindicais, ao mesmo tempo em que a juventude trabalhadora é o segmento etário da classe que mais tem sofrido com a precarização seguida de adoecimento e acidentes de trabalho.

Para instrumentalizar negociações coletivas com empregadores e com o poder público, é necessário dar visibilidade à situação dos jovens trabalhadores nas estatísticas da Previdência Social (ver capítulo 5) e obter informações sobre afastamento por doença e/ou acidente com jovens.

Melo & Salviano (2009) apontaram a direção estratégica da saúde para a organização sindical da juventude. É um tema que contribui para a sensibilização dos/as trabalhadores/as para que se aproximem de seus sindicatos e se organizem nos locais de trabalho.

Ao desenvolver ações voltadas à saúde, a juventude deve ter foco no fortalecimento da organização de base. A comunicação sindical é estratégica para conscientizar os jovens trabalhadores sobre as novas doenças ocupacionais e como proceder para cobrar políticas de prevenção e promoção da saúde e segurança no trabalho.

O combate à fraude trabalhista é um objetivo com grande potencial mobilizador para as negociações coletivas. Reproduzimos, abaixo, um exemplo que pode servir de referência para o combate à utilização do trabalho de estagiários como forma de precarização do trabalho juvenil. O texto foi extraído de Campos (2010):

A negociação coletiva para a fiscalização dos contratos de estagiários

A Confederação Sindical Comissões Obreiras (CCOO), uma das mais importantes da Espanha, lançou uma campanha de combate à utilização de estagiários como forma de precarização do trabalho de jovens estudantes. A campanha foi intitulada “Estudas ou trabalhas...?”. O objetivo era denunciar o uso fraudulento das práticas formativas de jovens em empresas privadas e na administração pública. Além disso, objetivou divulgar as propostas para fiscalização e negociação coletiva.



Peça publicitária da campanha
"Estudas ou trabalhas...?" www.ccoo.es

Para a campanha, foi publicada uma cartilha, Jóvenes y Prácticas en los Centros de Trabajo. Nela, a CCOO orienta que o que diferencia uma pessoa em prática formativa de uma pessoa contratada é quando a primeira se converte na segunda, porém, sem os direitos e a cobertura legal desta⁸. Segue, diferenciando a partir da compreensão de que existem finalidades distintas. Se a finalidade do contrato é formativa, o beneficiado será o estagiário. Caso a finalidade seja produtiva, a beneficiada é a empresa. Ou seja, o que diferencia a fraude é o receptor do benefício de suas atividades.

Mas como verificar a existência de tais diferenciações? A cartilha da CCOO dá algumas orientações em termos de informações que podem ser solicitadas à empresa:

⁸ CCOO (2007). Jóvenes y prácticas em los centros de trabajo. p.41. Disponível em www.ccoo.es

- *Número e relação de pessoas em práticas formativas não laborais que existem na empresa;*
- *Centro de estudos de procedência (escola, instituto, universidade ou outro estabelecimento educacional);*
- *Convênio de colaboração que a empresa assinou para legalizar a situação dessas pessoas;*
- *Onde estão localizados na empresa (em qual centro, departamento...);*
- *Duração das suas práticas (jornada diária, duração do contrato);*
- *Quem são os supervisores responsáveis;*
- *Quais funções exercem.*

São orientações que podem ser utilizadas por ações sindicais em empresas brasileiras, inclusive na administração pública. Antes, porém, será necessário quebrar um paradigma da ação sindical, percebendo que a fiscalização sobre o uso fraudulento de estagiários deve estar no rol de tarefas do sindicato.

Questões:

1. Na sua entidade existem experiências de negociações coletivas de cláusulas que tenham relação com o trabalho de jovens?
2. Há presença de estagiários em seu local de trabalho? As indicações feitas no texto são úteis para fiscalizar o uso fraudulento dos contratos de estágio?

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins or other markings on the paper.

Foi construindo alianças sociais que o novo sindicalismo pode ascender com caráter tão popular no final dos anos 1970. Sob forte repressão militar, o sindicalismo combativo procurou nos movimentos de bairro, nos setores progressistas da Igreja e na intelectualidade de esquerda o suporte necessário para denunciar a ditadura e realizar a luta sindical contra o desemprego, o arrocho salarial e o alto custo de vida. Foi um passo fundamental para alargar a percepção dos antagonismos que regem a sociedade de classes.

Porém, as conquistas da Carta de 1988 foram seguidas da vitória da candidatura neoliberal à presidência do Brasil. Com o governo Fernando Collor (1990-1992)* e, mais profundamente, com o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), vimos os constantes ataques a tudo o que possuía sentido popular e progressista na legislação brasileira. Nesse contexto de hegemonia neoliberal, os movimentos sociais e populares unificaram-se no Fórum Nacional de Lutas, a principal frente de resistência àquele projeto.

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidência da República, os movimentos sociais se depararam com um paradoxo para a defesa do projeto democrático e popular: defendê-lo dos ataques da direita, organizada no Congresso Nacional, nas organizações empresariais e na grande mídia e, ao mesmo tempo, pressioná-lo frente às contradições oriundas do próprio Governo Lula. O desafio da autonomia do movimento sindical foi posto mais uma vez na história do sindicalismo brasileiro.

A capacidade de mobilização dos movimentos sociais mais estruturados historicamente foi profundamente afetada pelas mudanças ocorridas no campo da cultura política. Vimos crescer, nas últimas décadas, novos espaços de associação comunitária e de organização política baseada nas identidades socioculturais. O pragmatismo dessas formas recentes de associativismo ocupou grande parte da arena pública nacional e local, antes impulsionada por movimentos sindicais, estudantis e pelos setores progressistas da Igreja. A cultura política de jovens que militam nessas novas formas de associativismo juvenil deve ser compreendida se quisermos verificar as possibilidades de construção de alianças sindicais também com elas.

* Itamar Franco governou o Brasil entre 1992 e 1994, após o impeachment de Collor.

Para Antônio Gramsci (1981), as instituições, as relações sociais e as ideias são constantemente recriadas para garantir a continuidade da dominação, do consentimento frente a esta. O sistema capitalista é mantido com base na ideologia dominante. Existe uma crença na igualdade democrática, segundo a qual todos os cidadãos e cidadãs possuem as mesmas possibilidades no interior da sociedade competitiva. A partir do exercício do controle cultural, a classe dominante exerce seu poder sem ser reconhecida como classe dirigente pela maioria da população dominada.

Organizar para conquistar

Nessa acepção é preciso conquistar e organizar a classe trabalhadora e as massas populares, ao mesmo tempo em que é necessário construir a luta pela conquista do poder político. A combinação dessas dimensões no contexto de disputa atual na sociedade é essencial para a construção de uma nova hegemonia na perspectiva do socialismo.

Nesse sentido, as lideranças políticas orientadas por tal estratégia têm papel insubstituível no processo de materialização dos valores que devem constituir a sociedade almejada pela classe trabalhadora, pautada pelos princípios da democracia, da solidariedade e da igualdade. Dessa forma a prática política das lideranças deve servir de referência para os questionamentos aos limites da democracia burguesa na garantia da participação popular. Retomando Gramsci, a estratégia do movimento da classe trabalhadora deve debruçar-se profundamente na luta ideológica, materializando-se em relações, instituições e práticas sociais.

O esforço ideológico da classe dominante nos anos neoliberais impôs maiores limitações para essa estratégia. Dentre os avanços da dominação burguesa, destaca-se o esvaziamento do sentido da participação política, que resultou na consolidação da ideia pragmática de um certo protagonismo juvenil.

Em estudo realizado com militantes jovens da década de 1990, Janice Tirelli Pontes de Sousa (1999), chegou a duas constatações extremamente relevantes:

Muitas vezes, a rede movimentalista à qual se vinculam os jovens não se coloca em confronto direto com aspectos estruturais da sociedade de classes e não inclui em seu repertório de demandas reivindicatórias imediatas, denúncias e questionamentos antiburgueses.

E segue:

Por outro lado, os sujeitos coletivos tradicionais, mesmo os centrados no mundo do trabalho, são muitas vezes limitados ao corporativismo e à realimentação da ordem estabelecida porque destituídos de um mínimo de rebeldia juvenil, da transgressão e principalmente da subversão, ou seja, incapazes de ousar a liberdade.

Vimos crescer, nos anos 1990, a tentativa de esvaziamento de sentido das organizações tradicionais de esquerda (organizações estudantis, partidos de esquerda e sindicatos combativos) e o crescimento da participação juvenil em ONGs (Organizações Não Governamentais), seja na posição de voluntários ou de executores dos chamados projetos sociais. A própria Igreja de cunho progressista sofreu a concorrência, dentro dela própria, de correntes religiosas que atraíram massas de jovens para suas atividades carismáticas. As pastorais populares viram-se condenadas à secundarização dentro da sua própria instituição.

Não à toa, cresceu a presença de fundações financiadas por empresas privadas, muitas delas multinacionais, que sustentam projetos sociais de ONGs ditas juvenis. Elas se autoproclamaram a legítima representação da sociedade civil em conselhos públicos que tratam de políticas de juventude em diversos governos. Com tal legitimidade, esse chamado terceiro setor ocupou o papel de representação dos interesses da juventude, principalmente quando o negócio é garantir financiamento de projetos com jovens – preferencialmente, nas periferias das grandes cidades.

Essa lógica está vinculada à visão geral dominante na sociedade de mercado. Na década neoliberal, foi consolidada a ideia, segundo a qual, a sociedade civil deve ser considerada uma esfera harmônica e homogênea, encobrindo, assim, as contradições inerentes de uma sociedade de classes.

A estabilização da ordem social capitalista é garantida na esfera da sociedade civil. Hegemonia burguesa é a subordinação ideológica da classe trabalhadora à burguesia. A sociedade política (Estado), por meio do exercício do monopólio legítimo da força, garante a hegemonia por meio da coerção¹⁰.

Para Gramsci, a sociedade civil é a sociedade das classes em conflito – latente ou manifesto –, e não uma esfera isolada da lógica e dos processos de reprodução do capital. (...) Esse é o papel mistificador do conceito de “terceiro setor” que, a partir de uma representação de “bem comum”, tenta transformar a sociedade cindida em classes em um todo harmônico e integrado (Gracioli & Lucas, 2009).

Fortalecer as lutas

Os conselhos públicos de juventude, como o CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude), têm sido instituídos sob essa visão dominante. São equiparadas as organizações populares e de trabalhadores com as organizações do chamado terceiro setor simplesmente porque não fazem parte nem da esfera do Estado nem do mercado. Todos são chamados de “sociedade civil”. E, não raro, as opiniões daquilo que chamam de “terceiro setor” são consideradas como posições políticas da “sociedade civil”. Não há espaço, de acordo com essa visão liberal, para estabelecer critérios democráticos de representatividade política.

A disputa ideológica deve recuperar a luta na sociedade civil, para construir a hegemonia da classe trabalhadora. As lideranças políticas têm a tarefa de produzir a inovação da cultura política, que seja militante, democrática e socialista. Por isso, faz parte da necessidade estratégica do movimento sindical cutista conquistar a juventude trabalhadora e fortalecer a sua política de alianças com outros movimentos juvenis.

O associativismo puramente recreativo é inofensivo à sociedade de mercado, pois não contribui para disputar valores e práticas políticas emancipatórias. Se somarmos isso à avassaladora força do mercado, que injeta cotidianamente seus códigos e referências consumistas e individualistas, chegamos a uma forma de participação juvenil que é nada mais que uma rebeldia acomodada ou uma resistência adaptada. ONGs que recrutam jovens com intuito de formá-los para o empreendedorismo individual ou para o engajamento caritativo não contribuem para o enfrentamento das regras dominantes e não denunciam os antagonismos imanentes de uma sociedade dividida em classes sociais (Campos, 2010).

¹⁰ É a clássica fórmula gramsciana do conceito de hegemonia: consentimento (sociedade civil) + coerção (sociedade política).

Para a consecução de alianças políticas fora do campo sindical, será necessário o esforço de abertura a novas formas de comunicação e de intervenção. Há que se preservar o rumo estratégico da luta anticapitalista ao estabelecer tal integração com a constante inovação das formas de denúncia social e pressão popular, conduzidas por jovens ativistas.

Verificando o mesmo tema de outra forma, a busca pela unificação das lutas juvenis é uma maneira de atualizar a concepção sindical cutista. Possibilita recuperar o princípio da representação e organização do conjunto da classe. Afinal, para nós, a classe trabalhadora incorpora tanto aqueles que trabalham como os desempregados, aqueles que procuram trabalho, os precarizados e o conjunto dos que vivem do seu próprio trabalho.

Deriva desse conceito de classe trabalhadora a avaliação que fazemos dos limites atuais do sindicalismo brasileiro que, pela estrutura sindical oficial, não reconhece a classe em sua amplitude. Com isso, busca organizar apenas os trabalhadores formais.

Por outro lado, se a juventude sindical cutista fortalece suas relações de solidariedade com as lutas de outros movimentos juvenis, estará contribuindo e exercendo um importante papel na ruptura com a tradição economicista, colaboracionista e corporativista da estrutura sindical vigente em nosso país.

Nesse processo, deve-se considerar que a grande maioria dos movimentos populares, principalmente os de abrangência local, não possui sede própria ou qualquer tipo de estrutura física para sua organização e funcionamento. Muitos utilizam o auditório, o carro de som, o telefone, a gráfica e até o computador de alguma entidade sindical.

Isso porque o sindicato possui condições não apenas de abrir suas portas para uso solidário de suas instalações. Ele pode ser oferecido como espaço de encontro das lutas políticas comuns, de formação socialista, de produção cultural independente, de unificação de agendas de combate.

Ampliar a participação

Nesse sentido, os sindicatos cutistas possuem o potencial de se tornarem verdadeiros pontos de encontro das lutas juvenis. E por essa razão devem avançar na formulação de políticas ativas voltadas para a ampliação da participação da juventude trabalhadora, afirmando seu caráter instituinte de novas práticas, valores e direitos.

Esta perspectiva é que deve nortear a realização e campanhas conjuntas com outros movimentos para além do campo sindical. Tal prática pode contribuir para a formação de uma cultura política sindical renovadora desde as bases cutistas. Contribuirá na formação de uma nova geração de dirigentes sindicais, com clareza do objetivo estratégico da classe trabalhadora, qual seja a construção de uma hegemonia popular e democrática. Contribuirá no fortalecimento da solidariedade de classe e no aprofundamento de alianças com todos defendem uma sociedade socialista.

Questões:

1. A CUT tem uma missão estratégica de organizar a maioria da classe trabalhadora do País. No caso da juventude, a maioria está no mercado de trabalho informal ou é vítima da grande rotatividade. Então, como organizar a juventude nos sindicatos se estes estão preparados para organizar apenas os formalizados?

2. Quais experiências da sua entidade em relação a ações conjuntas ou em solidariedade a outros movimentos sociais? Essas alianças com os movimentos envolvem a juventude?

[illegible]

Ficha Técnica

Coordenação

Secretaria Nacional de Formação

Textos

Secretaria Nacional da Juventude

Edição e Revisão

Secretaria Nacional de Comunicação

Projeto Gráfico e Diagramação

M.Giora Comunicação

Impressão

Bangraf

Tiragem

2.000 mil

São Paulo, junho de 2013.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Rua Caetano Pinto, 575, Brás
São Paulo-SP - CEP 03041-000

Tel.: (55 0XX 11) 2108.9200 / 9201

www.cut.org.br

Facebook: /CUTBrasil

Twitter: /cutnacional

Youtube: /secomcut

Instagram: /cutbrasil

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-89210-37-9



9 788589 210379

CUT[®] BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Rua Caetano Pinto, nº 575
Brás • São Paulo/SP
CEP 03041-000
Fone: (0xx11) 2108-9200
Fax (0xx11) 2108-9310

www.cut.org.br

